

# AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: questões polarizadoras <sup>1</sup>

ANTONIO AMORIM <sup>2</sup>  
SANDRA M. ZÁKIA LIAN SOUSA <sup>3</sup>

Historicamente o papel da Universidade tem sido aquele de criar um conhecimento voltado para a manutenção das elites intelectuais. Foi assim, no Brasil de 1930, e décadas seguintes, quando o ensino se voltava para a formação humana tradicional das elites emergentes que precisavam ter "acesso às novas técnicas de produção do conhecimento científico, de reflexão política e de domínio da tecnologia mais avançada" (Durhan, 1986).

Na década de sessenta, porém, com inserção de economia e da discussão política nacional sob a esfera e domínio do capital internacional, a Universidade passou a adotar uma concepção empresarial, centralizada no autoritarismo, na reprodução tecnicista, na disciplina e na ordem.

A questão emergente no período de 1970 a 1979, após a reforma da Universidade, foi a competição pelo mercado de trabalho e a necessidade governamental de cooptar a classe média através do acesso ao ensino superior, daí a proliferação de escolas nesse período.

No início de 1980 começa a fase de contenção da expansão dessas escolas e aprofundam-se as discussões, no meio acadêmico, em torno da necessidade de uma reforma, possibilitadora de uma redireção do papel até então exercido

---

1 As considerações contidas neste texto, elaborado em 1988, foram parcialmente divulgadas em "Seminário sobre Avaliação Institucional", sob o patrocínio da SESU/MEC e integram o artigo "Avaliação Institucional: definições e posicionamentos", publicado em *Estudos em Avaliação Educacional*, Jan.-jun. 1990, nº 1.

2 Professor da Universidade Estadual da Bahia.

3 Professora da Faculdade de Educação da USP.

pela Universidade, colocando-se, entre outras, questões referentes à natureza da instituição Universitária e seu compromisso social. Também, as instâncias governamentais levantam uma série de indagações acerca do que realmente pensa a Universidade, o que de fato faz e para onde vai a sua produção. Ou seja, o governo considera que financia a educação e que, portanto, deve obter respostas concretas para os seus programas de ação que visam, sobretudo, ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Assim, na visão governamental, a Universidade deve corresponder aos objetivos e finalidades previstos no *Plano Nacional de Desenvolvimento* e entende ser esta a resposta a ser dada à sociedade quanto à aplicação de recursos.

Por outro lado, emergem tendências diversas na comunidade universitária - alunos, professores e administradores. Alguns segmentos compreendem a instituição como um lugar de ensino, pesquisa e reflexão das grandes questões sociais e políticas da sociedade brasileira contemporânea. Concebe-se, nesta perspectiva, a Universidade como uma instituição voltada, permanentemente, para resgatar uma dívida histórica que a classe dominante sempre impôs ao social e, neste sentido, ela deve atuar na sua reconstrução pela construção do novo, para a produção de um saber comprometido com as demandas da sociedade como um todo.

Outros segmentos constatam que a Universidade não consegue sequer dar conta de um ensino de qualidade, em produzir conhecimentos relevantes, em formar profissionais que atendam à competição estabelecida pelo mercado de trabalho, pois, segundo esta visão, o mercado atual exige a formação de um profissional competente e atualizado. Assim, é preciso modernizar os serviços da Universidade para torná-los mais eficientes e eficazes nas suas finalidades. Nessa perspectiva, o pensamento criador deve estar voltado em seu exercício diário - atividades acadêmicas - para atender aos ditames dos monopólios instalados pela burocracia em todos os setores de produção que compõem a vida produtiva do país. Seria, então, uma Universidade funcionalizada, dotada de objetivos que atenderiam mais especificamente às necessidades de conhecimento da classe dirigente do que propriamente da maioria da sociedade brasileira.

Situa-se esta discussão num expressivo momento social e político do país, especialmente caracterizado com a aprovação da Constituição. E, como parte da legislação complementar à Constituição, tem-se a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que irá contemplar princípios e pressupostos de organização do sistema escolar, em todos os níveis.

No que se refere ao ensino superior vêm sendo debatidos princípios e propostas relacionados à própria concepção e finalidade da Universidade e, a partir daí, exploradas alternativas de organização institucional e condições necessárias para viabilizar uma política universitária.

Integrando este processo, vem sendo analisado o significado da avaliação institucional levando-se em conta as propostas e práticas já vigentes no

cotidiano das Instituições de Ensino Superior. Mesmo que, em muitos casos, os processos de avaliação não estejam ocorrendo de modo sistematizado, ou não venham tendo a força de transformação desejada, há de se reconhecer que estão presentes e subjacentes aos encaminhamentos em relação ao ensino e pesquisa nas instituições.

Tem sido crescente, no entanto, o interesse em promover de forma mais sistemática a avaliação, vista como meio para o estabelecimento de uma política de ensino superior, de acompanhamento de sua implementação e, ainda, como prática possibilitadora da transparência de resultados e realizações das Instituições, tanto em relação à comunidade universitária quanto à sociedade como um todo.

## VISÕES SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação não é algo que se dê de modo dissociado do objeto ao qual se dirige e não se concretiza independentemente dos valores dos sujeitos em interação. Assim, os princípios norteadores de uma proposta avaliativa e de seu próprio processo de construção representam uma explicitação do posicionamento de sujeitos frente a um determinado segmento da realidade, sujeitos esses que ocupam diferentes lugares sociais, o que leva ao afloramento de divergentes e conflitantes ênfases na avaliação.

No caso, o foco de discussão são as instituições de ensino superior brasileiras e a concepção que se tenha de seu caráter e função é determinante dos contornos de que se revestirão a avaliação.

Sendo assim, o que se passa no contexto das discussões e dos diferentes posicionamentos existentes sobre a questão da avaliação na e da Universidade são ideologias - visões de mundo - que os sujeitos, em grupos, detêm sobre o processo da vida universitária. É de fundamental importância a expressão dessas visões e o confronto do conteúdo manifesto, no movimento de busca de caminhos que apontem para uma tomada de posição sobre avaliação institucional.

Diversas preocupações e posições vêm alimentando a discussão política sobre avaliação institucional, algumas expressas por instâncias do governo, outras, por organizações como a Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) ou o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e, ainda, por intelectuais engajados na vida universitária.

O governo representado pelos técnicos que prestam serviços ou fazem parte de seus organismos na área de planejamento da educação, a classe empresarial e parcela da imprensa falada e escrita denunciam, constantemente, a falta de perspectiva da Universidade e cobram uma avaliação de sua atuação em resposta aos recursos que são destinados ao ensino de 3º grau.

A ANDES analisa as implicações da implantação de uma sistemática de avaliação, ressaltando o risco de que seus resultados venham a ser utilizados pelo governo para criar mecanismos discriminatórios das Universidades, no tocante à liberação de recursos financeiros, materiais e humanos acarretando, assim, uma avaliação casuística, que não avançaria no sentido da reconstrução e aprimoramento institucional.

O documento conclusivo da XLIII Reunião Plenária do CRUB analisa a relação Estado-Universidade-Sociedade. A Universidade é vista como não atendendo às expectativas e demandas da sociedade brasileira, enquanto que o Estado tem se colocado como patrocinador histórico das aspirações sociais e, ainda, tem procurado exercer a fiscalização e o controle da Universidade.

Como parte desse debate o CRUB tem criado espaço para diversas manifestações sobre a avaliação universitária, com a perspectiva de procurar caminhos para a constituição de um processo avaliativo que contemple pressupostos comuns bem como características e peculiaridades de cada instituição.

Wanderley (1986) ressalta que a avaliação de desempenho pode ajudar a Universidade no sentido de estabelecer novos horizontes e corrigir determinados erros. Nesse sentido, é necessário que essa avaliação aconteça a partir de pressupostos teóricos e metodológicos bem definidos, sem modismos, e que equacione a polêmica existente entre fatores internos e externos que permeiam a vida universitária. É necessário saber, prioritariamente, o que deve ser avaliado em consonância com os objetivos maiores da instituição.

Durham (1986) alerta para a importância de que sejam instaurados na Universidade processos de avaliação que se desenvolvam não apenas "intra muros", mas que contemplem a participação externa, visando-se a credibilidade e publicidade do processo.

Para Neto (1986) é fundamental que a Universidade não prescindia da avaliação para poder preservar a sua autonomia. No entanto, destaca o sentido da avaliação para o Estado, ou seja, assegurar o controle público dos recursos públicos. Aponta para a necessidade de um sistema de avaliação que faça com que a Universidade e o Estado mantenham relações de reciprocidade e que desperte o reconhecimento, o aval e a credibilidade da própria sociedade.

Além das manifestações encaminhadas no âmbito das organizações, têm sido crescentes as reflexões sobre avaliação veiculadas por integrantes da Universidade. Pode-se observar, como tendência, o reconhecimento de sua relevância no processo de viabilização de um projeto de Universidade em construção, como exemplificam os depoimentos a seguir.

Fávero (1988,p.50) afirma que "o respeito às funções da Universidade, a revisão de sua estrutura de organização, a consubstanciação do princípio de autonomia e democratização em seu interior só poderão ser verificados se houver um instrumento de constanteajuizamento referentemente a estas questões: a avaliação"

Cury (1988,p.59) diz que "a Universidade conquistará sua plena autonomia, quando, mantidas as condições externas de recursos e independência, for capaz de se avaliar coerente e criticamente.(...) Avaliação, autonomia e democracia se convertem e só se excluem numa visão petrificada ou estamental das coisas".

Cabe registrar que, ao tempo em que se está discutindo o sentido e a natureza da avaliação institucional, iniciativas vêm sendo desencadeadas por Instituições de Ensino Superior ou setores delas no sentido de desenvolvimento de propostas de avaliação. Tais encaminhamentos têm sido divulgados e submetidos à análise e discussão em encontros e seminários que reúnem representantes dessas instituições, em várias partes do Brasil.

Pode-se observar, enquanto tendências das investigações, que há instituições que têm direcionado seus esforços para a construção de uma sistemática de avaliação que retrata a instituição na sua totalidade, ou seja, são analisados os diversos setores e segmentos que a integram. Por outro lado, há instituições que têm conduzido a avaliação de modo setorizado, sendo essa conduzida por iniciativa de um curso ou de um determinado setor da Universidade.

Em linhas gerais, o que evidenciam as discussões e práticas que se desenvolvem atualmente são diferentes ênfases, decorrentes de visões sobre avaliação, e, essencialmente, sobre Universidade. Observa-se que há os que se voltam para análise dos princípios constitutivos de um projeto avaliativo, alegando a necessidade de uma maior reflexão em torno da própria natureza da avaliação ou alertando para o significado político da avaliação e há os que têm procurado apresentar propostas concretas de intervenções avaliativas. Nesse grupo é possível apreender duas concepções que se explicitam com maior força: uma que defende a avaliação enquanto instrumento de controle do planejamento, concebendo-a como necessária para a consolidação e estabilização da organização institucional da Universidade, e outra que entende ser a avaliação um movimento constante de análise da interação e articulação interna da universidade e desta com a totalidade do social, caracterizando-se por se constituir em um processo dinâmico e contraditório, perpassado pelas diferenças, direcionada para o enfrentamento das questões emergentes na sociedade brasileira, com as quais a Universidade deve se confrontar.

Integrando, também, os debates que vêm se travando em torno da importância da avaliação das instituições de ensino superior, ressaltamos a oportunidade de que venha a compor tais debates a própria análise do papel e função desempenhados pelas instâncias governamentais no caminho de reconstrução da educação, da escola pública e da própria Universidade.

Tal como vem se buscando a transparência dos resultados do trabalho universitário, há que se exigir igual tratamento aos órgãos governamentais que, de fato, detêm, atualmente, o poder de mando da educação, especialmente caracterizado pelo poder de definição da política de financiamento.

Nesse sentido, caberia às associações que compõem o movimento dos alunos, dos professores e dos administradores universitários adotarem uma postura de verificação do conjunto de atividades e normas que são estabelecidas e executadas pelos órgãos governamentais. Seria a avaliação das reais perspectivas governamentais, da visão que esses organismos detêm sobre a Universidade. Com isso, ficariam claros os parâmetros que são estabelecidos para a liberação de recursos para as instituições de ensino superior. Ainda, haveria uma análise global das ações que o Ministério da Educação exerce por meio das agências que financiam o ensino e a pesquisa, inclusive os programas de qualificação de pessoal docente e técnico.

É necessário, portanto, um mapeamento das atividades desenvolvidas por esses órgãos, julgando-se os objetivos e finalidades de suas propostas que condicionam os critérios de liberação de recursos.

Finalmente, é preciso observar que o processo de construção de um projeto avaliativo de Universidade passa, necessariamente, por uma reflexão ampla no interior de todas as forças que a compõem. Sendo assim, é preciso extrapolar e ampliar o debate, que atualmente vem se dando, com maior intensidade, em nível de cúpulas administrativas das instituições.

## **SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

É o projeto institucional concreto, resultado da interação e das relações entre grupos e setores da própria instituição e desta com o Estado e a sociedade civil, que retrata os princípios e os parâmetros da proposta de avaliação. O projeto institucional construído pelas diferenças, pela articulação de diversos e divergentes saberes e valores, é o referencial para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e sua correspondente avaliação. Portanto, o sistema de avaliação integra a proposta educacional que se pretende implementar em dado contexto.

O grande desafio que se coloca é como dar caráter coletivo e conjunto à avaliação, entendida como processo de compreensão e reflexão de uma dada realidade e como um movimento capaz de realizar transformações, tendo em vista a crescente qualidade e relevância científica e política do projeto institucional em desenvolvimento. Os conceitos de qualidade e relevância têm seu sentido resultante das relações de integração e de conflito entre as instâncias e setores que integram a atividade educativa e expressam, em última instância, o projeto de sociedade que se tem por norte.

A avaliação deve possibilitar à comunidade acadêmica analisar os processos contraditórios que permeiam a vida universitária e procurar, de fato, dar uma dinâmica ao processo de avaliação que contemple uma visão de totalidade da problemática educacional. É um momento de reflexão do que se faz e do que se poderia fazer para tornar a Universidade um instrumento político-pedagógico

que produz cientificamente o conhecimento que precisa ser veiculado e enriquecido pelas classes sociais que, historicamente, ficaram à margem do processo cultural e político deste país.

Esta seria a dimensão revolucionária do significado da avaliação: uma possibilidade de articulação da instituição universitária com os reais problemas da sociedade.

Nesta perspectiva, a comunidade acadêmica terá em mente que a avaliação é, sobretudo, um instrumento político que, quando usado com objetivos e finalidades transparentes e democráticos, pode servir à causa da educação, à causa da própria mudança de posicionamento no interior da Universidade. Ainda, este tipo de avaliação preserva a autonomia de quem é avaliado, pois o que acontece na realidade não é uma avaliação tecno-burocrática, mas, sobretudo, uma avaliação acadêmica.

## EIXOS CONSTITUTIVOS DE UMA PROPOSTA AVALIATIVA

Uma indagação inicial se coloca: a Universidade faz o quê e para quê?

Consideramos como produção na Universidade tudo que se relaciona com a vida cultural, artística e científica e que, em geral, se vincula ao trabalho docente e discente. São as atividades de ensino e de pesquisa na graduação; a realização de dissertações de mestrado e teses de doutorado e livre-docência na pós-graduação; o desenvolvimento de atividades que dão suporte técnico e administrativo aos trabalhos acadêmicos; a realização de eventos de natureza científica, educativa e tecnológica e a produção do conhecimento que é publicado e divulgado.

A relação entre o que é ensino e o que é pesquisa precisa ser vista em uma perspectiva dialética que existe entre a produção e a transmissão do conhecimento.

Ressalta-se, entretanto, a natureza social da Universidade, pois a "educação é um serviço ou bem público não só por ter patrocínio do Estado, mas principalmente porque seus benefícios (profissionais qualificados, cidadãos conscientes, conhecimento produzido e disseminado) atingem toda a sociedade. Portanto, (...) a educação deve ser avaliada em termos da eficácia social de suas atividades, assim como em termos de eficiência de seu funcionamento" (Belloni, 1986, p. 718).

Nesta perspectiva, emergem como eixo de uma proposta de avaliação institucional:

- as relações entre Universidade e Sociedade,
- as relações entre Universidade e Estado,
- a organização institucional e o processo de produção e disseminação do conhecimento.

Referente ao primeiro eixo, o objetivo é a análise da Universidade em função da realidade social, econômica e política do país, na medida em que sua atuação deve ser concebida levando-se em conta as demandas e transformações que caracterizam o movimento da sociedade. Nessa direção, a avaliação deve contribuir para que a Universidade redefina sua atuação tendo em conta o seu compromisso com a sociedade, enquanto instituição que se caracteriza por ser o lugar privilegiado de desenvolvimento da ciência, da arte e da cultura.

A análise da relação da Universidade e Estado, outro eixo constitutivo de uma proposta de avaliação institucional, remete à consideração da autonomia da Universidade para definir seu próprio projeto institucional. Nesse sentido, a avaliação tem em vista fornecer elementos para que se verifique em que medida a Universidade vem ou não se subordinando à lógica de interesses econômicos e políticos do capital e, ainda, como vêm se dando as relações entre a Universidade e os órgãos de supervisão e controle em nível governamental, possibilitando que se analise a questão de sua autonomia político-administrativa e financeira.

Com relação ao terceiro eixo de análise, destaca-se como objetivo aprender e analisar como a Universidade vem cumprindo sua finalidade, enquanto espaço possibilitador da apropriação, reorganização e produção do conhecimento, a partir da articulação de diferentes saberes que compõem a realidade histórica, cultural e social dos agentes escolares. Tal análise deve vincular-se à consideração da própria estrutura administrativa e de apoio existentes, que também compõem a organização institucional.

Uma proposta avaliativa ao contemplar esse eixos de análise terá o potencial de retratar o momento institucional e subsidiar encaminhamentos de transformações necessárias.

## **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA**

Nas discussões que vêm sendo travadas nas instâncias acadêmicas, um dos aspectos que tem sido freqüentemente abordado refere-se a quem cabe a competência pela avaliação institucional, se deve ser atribuída exclusivamente aos integrantes da instituição ou se deve haver participação de avaliadores externos. Emerge, ainda, nesse debate a polêmica, o papel do Ministério da Educação na avaliação institucional.

Integrando as discussões, tem sido ressaltado, como movimento inicial de significativa importância, que haja o reconhecimento da necessidade da avaliação pelos que compõem a instituição universitária, percebida a avaliação como um processo com potencial de produzir conhecimento sobre uma dada realidade e subsidiar a prática transformadora, norteadas por uma visão política.

Em decorrência, é que serão encaminhadas as decisões em relação a qual projeto avaliativo tem maior potencial de responder às questões que se busca

elucidar com a avaliação. É parte desse encaminhamento a decisão quanto a quem são os sujeitos que têm legitimidade para participar do processo avaliativo, sejam eles pertencentes ou não ao quadro de pessoal da instituição.

A participação dos diversos setores, categorias de profissionais e alunos envolvidos no trabalho acadêmico, desde a discussão da proposta avaliativa até o encaminhamento de decisões e ações, a partir das informações e resultados gerados, é condição necessária para que a avaliação se constitua em efetivo instrumento de promoção de alterações e mudanças necessárias e significativas para um dado contexto institucional.

Para ter credibilidade e legitimidade, a avaliação deve ser resultante de uma construção coletiva dos que integram a Universidade, o que não elimina a decisão de incluir avaliadores externos. Parece-nos que a questão central a ser colocada não se refere a se o avaliador pertence ou não ao quadro institucional, mas em que "lugar social" se situa, ou seja, qual a sua relação e seu compromisso político com determinado projeto institucional.

Essa posição reflete a compreensão da avaliação como integrante do projeto político-pedagógico da instituição e supõe uma visão crítica do próprio modo como se organiza hoje o trabalho universitário.

A organização institucional tem se caracterizado pela setorização e compartimentalização dos trabalhos, alimentando práticas fragmentadas e individualizadas no interior da Universidade. Nesse sentido, tem condicionado o perfil de que vem se revestindo muitas das iniciativas referentes à avaliação, caracterizadas, usualmente, como propostas de segmentos ou setores isolados, acreditando-se que a "soma" das avaliações setoriais poderão refletir a totalidade da instituição.

A burocratização do trabalho se ramifica no seu interior de forma a estabelecer os contornos da produção científica. Conseqüentemente, esta produção já nasce sob o signo da burocracia, revelando-se como algo que irá alimentar as bases nas quais se fundamentam a própria organização do trabalho.

Conceber coletivamente uma proposta avaliativa implica estabelecer novas e diferentes relações no interior da Universidade bem como em se construir novos processos e condições de trabalho.

É preciso que os sujeitos que compõem a Universidade identifiquem seus componentes históricos, políticos e econômicos, procurando apreender o seu cotidiano em suas diversas manifestações: o ensino, a pesquisa e a prestação de serviços.

Conseqüentemente, a construção de um projeto coletivo de avaliação implica redirecionamento nas rotinas e práticas que caracterizam a organização, tendo o potencial de se constituir em um caminho de explicitação, análise e reconcepção dos processos de criação, organização e destinação da produção universitária.

## **ALGUNS PRESSUPOSTOS PARA A CONDUÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Embora reconhecendo que é no contexto de cada Universidade que se delinearão os sistemas de avaliação, pois só assim terão significado e força de transformação, e ainda, que a eleição de que caminho seguir é decorrente do projeto em implementação, procuramos esboçar alguns pressupostos que, a nosso ver, deveriam estar norteando a condução de um projeto de avaliação.

- A constituição de um projeto institucional pressupõe decisão política e definição clara e transparente do projeto social ao qual a Universidade intenta responder e resulta de relações e articulações entre segmentos da própria comunidade acadêmica e, também, com a sociedade e o Estado. Caso não esteja explícito o projeto institucional, o processo de construção da proposta avaliativa tem o potencial de conduzir à sua explicitação.
- A proposta de avaliação institucional é componente do projeto institucional, caracterizando-se por ser um instrumento possibilitador de seu aprimoramento ou de sua transformação e deve caracterizar-se pela consideração da complexidade e diversidade de atividades da instituição.
- A avaliação da instituição universitária implica consideração de inúmeros focos de análise, que se interrelacionam, destacando-se, entre outros:
  - \* princípios subjacentes à prática institucional;
  - \* tipos de respostas da Universidade aos problemas do contexto local, regional ou nacional;
  - \* processos de acesso da população aos cursos e serviços prestados pela instituição;
  - \* natureza da relação com os movimentos sociais;
  - \* natureza da relação com os órgãos governamentais;
  - \* gestão/organização administrativa, correspondendo aos mecanismos de coordenação e articulação interna e externa, ao processo decisório e de organização e divisão do trabalho, ao fluxo e transparência de informações, à política de pessoal e de alocação de recursos físicos e financeiros, às condições de trabalho e remuneração;
  - \* desempenho acadêmico, entendido como os pressupostos, estrutura e organização curriculares; direção e natureza da produção científica de serviços oferecidos; relação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; disponibilidade de recursos didáticos e pedagógicos; qualificação e produção acadêmica dos professores e alunos; desempenho profissional de egressos.
- O desenvolvimento da avaliação deve caracterizar-se por ser democrático, ou seja, construído com o envolvimento dos diversos segmentos da Universidade desde a discussão da proposta avaliativa a ser implementada até a decisão do uso que se fará e das decisões que serão tomadas a partir dos resultados obtidos.

- A auto-avaliação deve se configurar como principal movimento a ser fortalecido em direção à concretização da avaliação institucional, complementando-se com a análise gerada em instâncias externas à instituição.

São muitos os desafios a serem enfrentados ao se pensar na construção das propostas de avaliação da Universidade, são questões de natureza diversa que emergem. São diferentes posições quanto ao significado da avaliação, quanto aos seus princípios e finalidades. Além da variedade de concepções, a avaliação da Universidade reveste-se de especial complexidade resultante do entrecruzamento de setores e atividades, de várias naturezas e ramos do conhecimento.

No entanto, para que a avaliação se constitua em um instrumento político de transformação, a opção pela trajetória a ser seguida deve emergir de um processo de confronto, e ser construído a partir das diferenças.

É preciso ter em mente que a avaliação é um instrumento político que tanto poderá servir à causa da Universidade quando usada pela própria comunidade acadêmica – para reconstruir as teorias e as práticas subjacentes ou presentes no dia-a-dia da instituição, como pode ser utilizada como instrumento discriminatório, burocrático e emperrador da criação e inovação da vida acadêmica.

Deve-se buscar metodologias de encaminhamento de propostas de avaliação que contemplem a historicidade de cada Universidade, a sua maneira de interagir no social e, também, um estudo empírico da natureza do trabalho acadêmico e as suas perspectivas coletivas, como fator de organização das relações produtivas no interior da Universidade.

Finalmente, consideramos que a avaliação institucional da Universidade Brasileira se apresenta como uma necessidade, uma possibilidade, desde que seja desmistificada e tenha os seus objetivos e finalidades transparentes à procura de caminhos democráticos a serem trilhados no processo de produção, organização e disseminação do conhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASTIN, Alexandre W. *Achieving Educational Excellence, A critical Assessment of Priorities and Practices. Higher Education*, San Francisco, Jossey - Bass Pub, 1985.

BELLONI, Isaura. *Avaliação da Universidade: por uma proposta de avaliação conseqüente e compromissada política e cientificamente. Anais da IV Conferência Brasileira de Educação*, 1986.

ANPED. *Boletim da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação*. Vol. 7, nºs. 5 e 6, out./dez. 1985.

- BOULET, Gilles. *Os objetivos de ensino da graduação como referência importante para a avaliação*. s/d (mimeo), 1987.
- BRANDÃO, Maria Azevedo. Avaliação: ciência ou ideologia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, V. 63, nº 145, set./dez. 1979.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. *Nova Universidade: programa de apoio à educação superior*. s/d (mimeo).
- Dois Pontos, Brasília, nº 37, set. 1987.
- Dois Pontos, Brasília, nº 38, out. 1987.
- Dois Pontos, Brasília, nº 39, nov./dez. 1987.
- CAPPELLETTI, Isabel F. et MASETTO, Marcos T. (orgs.). *Escola Superior: Reflexões e Experiências*. São Paulo, Educ, 1986.
- CUEVAS, Oscar H. Gonzales. *La calidad de la enseñanza: modelos y practicas da evaluación*. s/d (ex. mimeo), 1987.
- CURY, Carlos Roberto J. A pós-graduação e a nova lei de diretrizes e bases. *Em Aberto*, Brasília, ano 7, nº 38, abr./jun. 1988.
- DANTAS, Tânia Regina. *Avaliação crítico-participativa: uma proposta para melhorar a qualidade do ensino da UNEB*. Salvador, s/d. (mimeo), 1986.
- DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987.
- DURHAM, Eunice R. A Universidade e as demandas da sociedade. *Educação Brasileira*. Brasília, Ano VIII, nº 17, 1986.
- EWELL, Peter. *The Self-Regarding Institution: Information for Excellence*. Colorado/U.S.A., NCHEMS, 1984.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Ensino Superior, Universidade e a Nova LDB: encaminhamento de questões. *Em Aberto*, Brasília, ano 7, nº 38, abr./jun. 1988.
- FERRI, Lúcia G.C. *Percepção da burocratização da Universidade por funcionários no desempenho de funções de chefia*. Departamento de Planejamento. IPEAPP - UNESP (ex. mimeo).
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Comissão para o ensino superior do MEC discute o processo de avaliação*. São Paulo, 20 jul. 1985.
- *O futuro da Universidade brasileira em questão*. São Paulo, 11 ago. 1985.
- *ADUSP divulga memorial sobre a lista*. São Paulo, 20 mar. 1988.
- *A missão universitária*. São Paulo, 8 Jul. 1988.
- *Entrevista com Marilena Chauí e José Arthur Gianotti*, São Paulo, 4 Jan. 1987.
- *A nova classe universitária*. São Paulo, 28 fev. 1988.
- *Estudantes mostram desinteresse pela produção docente*. São Paulo, 28 fev. 1988.
- *A USP, a Folha e a nova sociedade civil*, São Paulo, 1 mar. 1988.
- *O estranho caso do funcionário X e o professor Y*. São Paulo, 1 mar. 1988.

- *Jornal e Universidade de São Paulo*, São Paulo, 2 mar. 1988.
- *Debate sobre avaliação na Universidade*. São Paulo, 2 mar. 1988.
- *USP e Folha - para além da indignação*. São Paulo, 15 mar. 1988.
- *Invectiva contra bárbaros*. São Paulo, 16 mar. 1988.

GIANOTTI, José Arthur. *A Universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LEITE, Lígia C.M. Programas para uma nova Universidade: como, por quê, para quem?. *Revista Educação Brasileira*, Ano VIII, nº 19, Brasília, 2º sem. 1987.

GREGOLIN, José e outros. *Perspectivas de desenvolvimento de um sistema de avaliação para o aprimoramento do ensino a partir de depoimentos de alunos*. Universidade Federal de São Carlos. (mimeo).

LIBÓRIO, Marília G.C. e outros. *Departamento: ligação direta entre atividade-meio e atividade-fim*. Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais de Presidente Prudente. (mimeo).

GUIMARÃES, Romeu Cardoso. *Uma proposta de planejamento participativo*. Instituto de Biociências da UNESP, Campus de Botucatu (mimeo).

MARQUEZINI, Nair Creuza. *Avaliação Institucional na Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina*. Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento - UDESC, 1988 (mimeo).

MULLER, Richard I. *The Assessment of College Performance*. San Francisco, Jorsey Publ. 1979.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundação de Assistência ao Estudante. *Capacitação de profissionais da educação: Educação: perspectivas para avaliação*. Belo Horizonte, 1987.

NETO, Paulo Elpidio de M. Avaliação da Universidade: expectativa da sociedade e presença do Estado. *Educação Brasileira*, Brasília, Ano VIII, nº 17, 1986.

OSÓRIO, Antonio Carlos. *Avaliação dos Cursos da UFMS*. Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação, Pró-Reitoria de Ensino da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1988 (mimeo).

PROJETO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR - Universidade Federal do Pará. Departamento de Apoio Didático-Científico. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, 1988 (mimeo).

PROJETO DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Assessoria de Planejamento e Vice-Reitoria de Pesquisa e Extensão - UPF, 1988 (mimeo).

RAMOS, Maria Cecília M. e outros. *Programa de Integração Universidade - Ensino de 1º e 2º Graus*. Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação da UNESP, Campus de Marília (mimeo).

RICCI, Terezinha D'Aquino e outros. *Avaliação da Avaliação*. Departamento de Sociologia e Antropologia da UNESP, Campus de Marília. (mimeo).

SANTOS, Maria de Lourdes Lúcio dos e outros. *Implantação de um processo de avaliação institucional como atividade permanente de investigação na Universidade de Ribeirão Preto*. Universidade de Ribeirão Preto. (Mimeo).

SAUL, Ana Maria. *Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1988.

SARMENTO, Diva Chaves. *Avaliação do Programa Institucional de Capacitação de Docentes na Universidade Federal de Juiz de Fora*. Pró-Reitoria de Pesquisa, 1988 (mimeo).

SCHMIDT, Isaura Belloni. Universidade; a busca de uma estratégia de transformação. *Em Aberto*, Brasília, ano I n° 10, out. 1982.

SEPLAN/CNPq. *Avaliação e Perspectiva*. Brasília, Vol. I. 1981.

SIMON SCHWARTZMAN et CASTRO, Cláudio de M. (orgs.). *Pesquisa Universitária em Questão*. São Paulo, Editora UNICAMP, CNPq, 1986.

TERRIEN, Jacques e SOBRINHO, Jorge H. Avaliação institucional em Universidades; considerações metodológicas. *Educação e Debate*, Fortaleza, jul./dez. 1983. jan./jun. 1984.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Avaliação da Universidade: Pressupostos metodológicos, opções e estratégias. *Educação Brasileira*, Brasília, Ano VIII, n° 17, 1986.

# ATITUDE EM RELAÇÃO À CIÊNCIA: um questionário

HERALDO MARELIM VIANNA<sup>1</sup>

O Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino em Minas Gerais incluiu entre os seus instrumentos um QUESTIONÁRIO de ATITUDE em RELAÇÃO à CIÊNCIA, que foi aplicado aos alunos da 2ª série do Ensino Médio, em dezembro de 1993. A partir de um conjunto de 54 questões<sup>2</sup> foi montado um questionário preliminar para ser pretestado em uma amostra de estudantes do sistema, a fim de, após as análises necessárias, gerar um novo instrumento, com um número menor de itens, para ser utilizado no referido programa de avaliação.

A pretestagem dos itens foi feita na 1ª Delegacia Regional de Ensino (Belo Horizonte), que é composta por 57 escolas estaduais, divididas em 23 Núcleos Regionais de Ensino. Foram selecionados 500 alunos pela aplicação do método de amostragem estratificada proporcional,<sup>3</sup> por Núcleo Regional e por turno, sendo que para cada um dos Núcleos Regionais de Ensino foi sorteada uma escola, no total de 23, e em cada uma delas os alunos foram selecionados aleatoriamente, considerando o turno, a habilitação cursada e o sexo. A pretestagem ocorreu nos dias 30 de junho, 1 e 2 de julho de 1993.

Antes da aplicação do Questionário preliminar à amostra de estudantes de Belo Horizonte, os 54 itens foram submetidos a alguns

---

1 Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

2 As questões integram material de pesquisa sobre currículo divulgado e cedido pelo *Program Implementation and Review Branch*, do Ministério da Educação da Província de Ontário, Canadá (1988).

3 A seleção de amostra-piloto foi feita pelo Prof. José Xisto da Silva Barros, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que também coordenou os trabalhos de aplicação do preteste.

especialistas (5 pedagogos, 4 professores de ciências e 1 estatístico) para que classificassem os vários itens segundo suas possíveis relações com a Ciência (*Ciência e Experimentação; Ciência como Profissão; Ciência e Relação de Gênero; Ciência e Sociedade; Ciência como Processo; e Ciência na Escola*), e identificassem as afirmações positivas (*favoráveis*), neutras e negativas (*desfavoráveis*).

A fim de determinar a consistência interna do julgamento dos professores e pedagogos, procedeu-se à análise da variância (*one way*) dos vários julgamentos, determinando-se, inicialmente, a fidedignidade dos 4 professores e de 1 estatístico em separado, a seguir a dos 5 pedagogos, e, depois, a do conjunto dos 10 avaliadores, de acordo com os procedimentos estatísticos apresentados por Winer (1970). A fidedignidade dos julgamentos dos professores foi 0,74; a dos pedagogos, 0,82 e, no conjunto, a fidedignidade dos 10 juízes foi de 0,89. Isso garantiu a identificação das várias dimensões do questionário e a verificação do sinal positivo e negativo das questões.

Aplicado o preteste, ao mesmo responderam 499 alunos, sendo 223 do sexo masculino e 276 do sexo feminino. As estatísticas foram calculadas separadamente para os dois grupos quanto à variável sexo, sendo mais tarde agrupadas. As questões do questionário, organizadas segundo o formato de Likert, possuem cinco alternativas, que variavam de "Concordo totalmente" a "Discordo totalmente". A correção das respostas seguiu o seguinte procedimento: aos *itens positivos*, atribuiu-se à resposta "concordo totalmente" o valor 5 e assim sucessivamente na escala (4, 3, 2, e 1); aos *itens negativos* procedeu-se de modo inverso, concedendo 1 ponto à resposta "concordo totalmente" e às demais respostas os valores 2, 3, 4 e 5, respectivamente; por último, aos *itens neutros* foram atribuídos, arbitrariamente, ora valores de 1 a 5 ora de 5 a 1, conforme a proposta de Oppenheim (1972).

As matrizes de respostas aos itens, separadamente por sexo, e expressas em porcentagens das respostas às várias alternativas, mostraram grande consistência nas respostas para quase todas as questões, independentemente do sexo. As intercorrelações (momento-produto de Pearson) entre os vários itens foram relativamente baixas, fixando-se como limite mínimo aceitável 0,20, para fins de uma primeira seleção dos itens para a versão final, em que todos os itens neutros, em número de 10 (18%), foram eliminados. A fim de identificar os itens mais discriminativos, calculou-se a distribuição dos escores para cada item, sendo que, para fins de verificar o poder de discriminação de cada questão, se separaram grupos extremos de 27%, fazendo-se a análise da variância desses grupos para cada questão. Foram selecionados 33 itens cujo teste *F* foi significativo, apresentando nível de significância descritivo menor que 5%. A título experimental, apesar de não apresentar um *F* significativo, foi incluído um item (29) para aplicação ao conjunto da população, a fim de uma decisão definitiva sobre sua permanência no questionário. A versão preliminar foi, então, formada